

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.681 ESPÍRITO SANTO

RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
REQTE.(S) : ASSOCIACAO DOS NOTARIOS E REGISTRADORES DO BRASIL
ADV.(A/S) : GABRIEL PEIXOTO ROCHA E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DESPACHO

Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade, com pedido de medida cautelar, ajuizada pela ASSOCIAÇÃO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO BRASIL (ANOREG-BR) em face da Resolução de nº 014, de 11 de Setembro de 2008, editada pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

No documento 24, o postulante ACACES (Associação dos Candidatos Aprovados no Concurso de Cartório do Espírito Santo) solicita ingresso no feito como **assistente simples**.

Na ação direta de inconstitucionalidade, a teor dos arts. 7º, caput, da Lei 9.868/99, e 169, §2º, do RI/STF, não se admite a intervenção de terceiros.

Isso posto, **indefiro o pedido formulado**.

Publique-se.

Brasília, 10 de setembro de 2018.

Ministro DIAS TOFFOLI

Relator

Documento assinado digitalmente